

MANUEL RIBEIRO DE ARAÚJO

Um Capitão no Roussillon

Amaro Carvalho da Silva

Texto publicado na *Revista Bracara Augusta* – Braga, n.º 107 (120), vol. II, 2004, pp. 199 – 222.



Manuel Ribeiro de Araújo, «Marechal de Campo dos Reaes Exercitos de S. Magestade, Fidalgo Cavalleiro da Caza Real, Professo na Ordem Militar de S. Bento d'Aviz, e Commendador da mesma Ordem»¹, fez a sua carreira militar num contexto político, económico, ideológico e militar muito singular: a passagem do absolutismo ao liberalismo. A análise da sua vida e dos seus feitos constituirá uma incursão na nossa história no que ela tem de mais aliciante pela diversidade de acontecimentos, debate de ideias e mudanças de toda a ordem. Citemos: terramoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755 e governação do Marquês de Pombal; guerra contra Espanha (1762) e comando do exército português pelo Conde de Lippe; Revolução Francesa (1789); campanha do Roussillon e da Catalunha (1793-1795); «Guerra das Laranjas» (1801); Guerra Peninsular e Invasões Francesas (1807-1814); fuga da Corte portuguesa para o Brasil (1807), donde regressou em 3 de Julho de 1821; governação de Beresford e outros militares ingleses (1809-1820); Revolução Liberal (1820); proclamação da independência do Brasil (7/9/1822); lutas liberais (1828-1834) e guerra civil (1832-1834). Portugal foi uma nação militarizada e em guerra em todo o período de serviço militar no activo do marechal de campo Manuel Ribeiro de Araújo, sob os auspícios e a tutela da «velha aliança» de Portugal com a Inglaterra.

Segundo o assento de nascimento², Manuel Ribeiro de Araújo nasceu a 7 de Fevereiro de 1754 na freguesia de Louredo do extinto concelho de Ribeira de Soás, hoje Vieira do Minho, comarca de Guimarães. Oriundo de uma família de pequenos lavradores (Casa da Choqueira)³, era filho legítimo de Inácio Gonçalves e de Josefa de Araújo. De acordo com o seu processo individual existente no Arquivo Histórico Militar⁴, estudou Gramática Latina, Lógica, Metafísica, Ética, Física e Matemática. Mais tarde, por exigências da sua profissão, desenvolveu aturados estudos de Artilharia e tomou conhecimento da língua francesa.

Nesse tempo, D. José I tinha como seu Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) que se haveria de distinguir a partir do terramoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755. A governação do Marquês de Pombal procurou pôr Portugal no caminho do progresso económico, desenvolvimento industrial, ilustração intelectual e reforço dos poderes do Estado. Foi uma governação polémica devido ao presumido atentado a D. José I (3/9/1758), perseguição aos Távoras, expulsão dos jesuítas (3/9/1759), suspensão das relações diplomáticas com a Santa Sé (1760-1769) e utilização da Inquisição como instrumento da política absolutista.

Sendo o Marquês de Pombal Ministro da Guerra e devido à invasão do país pelas tropas franco-espanholas (1762), D. José I, por deliberação do governo inglês, chama para comandante supremo do exército português o Conde de Lippe⁵. Este marechal general exerceu o comando do exército português entre

¹ Texto do rodapé da sua gravura.

² Arquivo Distrital de Braga.

³ Agradecemos ao Dr. António Júlio Trigueiros, S. J., os elementos fornecidos.

⁴ As principais referências biográficas de Manuel Ribeiro de Araújo foram adquiridas no Arquivo Histórico-Militar (A.H.M.) - Caixa 317.

⁵ Frederico Guilherme Ernesto, Conde de Schaumburg-Lippe, nasceu em Londres, onde residiam os seus pais, em 9/1/1724 e faleceu em Bückeburgo em 10/9/1777.

1762⁶ e 1764, pela 1.^a vez; pela 2.^a vez entre Setembro de 1767 e Março de 1768. O Conde de Lippe contribuiu decisivamente para a organização, apetrechamento, modernização e disciplina do exército português. A sua intervenção também foi notória para a afirmação da dignidade da carreira militar, moralização, ilustração e aprumo, amor próprio e dedicação. Muitos autores se referem ao Conde de Lippe como «o verdadeiro criador do exército português dos tempos modernos»⁷.

No ano da morte de D. José I, início do reinado de D. Maria I e desterro do Marquês de Pombal, Manuel Ribeiro de Araújo assentou praça de soldado (7/8/1777). Em tempo que não sabemos determinar, casou com Antónia Maria de Azevedo e teve dois filhos, Ana Joaquina de Araújo e Azevedo⁸ e um varão cujo nome desconhecemos. Antónia Maria de Azevedo era filha legítima de António de Azevedo Soares, Tabelião do concelho de Ribeira de Soás. Em 12 de Dezembro de 1791 Manuel Ribeiro de Araújo é promovido a tenente quartel mestre no regimento de artilharia do Porto.

António de Azevedo Soares, Tabelião do Público Judicial e Notas do concelho de Ribeira de Soás, fez, em 27 de Janeiro de 1792, escritura de renúncia do ofício de Tabelião indicando a sua filha Antónia Maria de Azevedo para o substituir. Porque casado com Antónia Maria de Azevedo, Manuel Ribeiro de Araújo, por Carta de Ofício dada em Lisboa em 5 de Maio de 1794, passa a ser «proprietário do ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas do concelho de Ribeira de Soás»⁹. Em 1 de Setembro de 1793, aquando da sua indicação para a campanha do Roussillon, é promovido a capitão graduado no regimento de artilharia n.º 4 do Porto, destacado em Valença do Minho. Por conseguinte, é como capitão graduado da 4.^a companhia da brigada de artilharia do exército português que Manuel Ribeiro de Araújo participa na campanha do Roussillon (1793-1795).

A campanha do Roussillon

Em 1789 a França é sacudida por uma violenta revolução que a vai transformar radicalmente. Toda a Europa foi influenciada por esse acontecimento. São as filosofias das Luzes - liberdade, igualdade, fraternidade, racionalidade, cientificidade e progresso - e as medidas de transformação política, social e económica que vão mobilizar os revolucionários contra o «velho regime». Com o

⁶ A carta régia que nomeia o Conde de Lippe como Marechal General supremo do exército português é de 10/7/1762.

⁷ Satúrio Pires, «O Mestre de Scharnhorst, Lippe - General Alemão e Marechal-General português» in *A Esfera*, n.º 44, 5/5/1942.

⁸ Ana Joaquina de Araújo e Azevedo casou, em 8 de Novembro de 1821, com Manuel José de Araújo, oriundo da casa da Seara de Rio Caldo (Terras de Bouro) e senhor, pelo primeiro casamento, da casa do Bário de Chorense (Terras de Bouro). Manuel José de Araújo, nascido a 21 de Fevereiro de 1779 e filho de António de Araújo e Ana Antunes de Sousa, foi ajudante do regimento de milícias de Ponte da Barca por decreto de 22 de Julho de 1805.

Agradecemos ao Dr. César Valença toda a informação que nos possibilitou (arquivo da Casa da Sarola de Baixo-Verim-Póvoa de Lanhoso) e nomeadamente a constante do «Livro de Gerações da Casa da Seara de Rio Caldo».

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.): Registo Geral de Mercês, D. Maria I, 5/5/1794, L.º 21, fl. 335v.; Chancelarias, D. Maria I, 5/5/1794, L.º 44, fl. 289. Em 19/12/1791, António de Azevedo Soares, «proprietário encartado no ofício de Tabelião», havia solicitado renúncia do ofício e indicado a sua filha para o substituir. Ver A.N.T.T., Chancelarias, D. Maria I, 19/12/1791, L.º 37, fl. 233.

desenvolvimento técnico e científico, com a revolução industrial e com as filosofias secularizadoras da modernidade, as Luzes propunham um homem novo. Era a crença na bondade natural da razão, o combate ao fanatismo e ao dogmatismo, a recusa do obscurantismo e do misticismo, a utopia da liberdade e a afirmação do progresso ilimitado. Na campanha para «iluminar os espíritos» através da luz natural da razão, destacaram-se Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot, D'Alembert e muitos outros que, mais ou menos concertados (Enciclopedismo, Maçonaria, etc.), transformaram por completo a velha ordem absolutista. Immanuel Kant haveria de sintetizar magistralmente, em 1784, o espírito das Luzes:

«O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é *por culpa própria* se a causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo.»¹⁰

As convulsões da Revolução Francesa provocaram instabilidade em toda a Europa. Instalou-se o medo, a insegurança e a desconfiança. Face a acontecimentos como a «Matança de Setembro» (2 a 6/9/1792) e o julgamento e decapitação de Luís XVI em 21 de Outubro de 1792, Carlos IV de Espanha, a 27 de Março de 1793, declarou solene e formalmente guerra à França revolucionária. O tratado ou convenção entre Portugal e Espanha para combaterem a onda revolucionária foi assinado por D. Manuel de Godoy, duque de Alcudia, e pelo embaixador português em Madrid, D. Diogo de Noronha, em 15 de Julho de 1793, seguindo-se a sua ratificação¹¹. Por sua vez e de modo a viabilizar-se essa guerra contra a França, em 6 de Setembro de 1793 Carlos IV estabeleceu uma aliança com os ingleses.

«Em virtude d'este importante facto [ratificação da convenção de 15/7/1793 entre Portugal e Espanha], e em consequencia de exigencias do governo de Madrid, foi organizada a divisão auxiliar portugueza, confiada ao mando de um distincto general [escocês, João Forbes Skellater], e á direcção de varios officiaes de diversas categorias, na totalidade, de provada pericia e valor, ricos de devoção pela pátria, e pelos seus nobres deveres de soldado.[...]

Quatorze embarcações de transporte [...] formavam a esquadra em que se acomodaram as tropas expedicionarias, com os respectivos fornecimentos de munições e de viveres, abarracamentos, ambulancias, thesouraria, intendencia de carruagens, forjas de campanha, e arreios para os tiros de que em Hespanha deviam prover-se; reparos, carros, etc., os correspondentes empregados civis, e varias pessoas de sequito dos officiaes generaes, e outros, sendo cinco mil quinhentos e noventa e nove o numero de todos os individuos destinados a desembarcar na Cataluña.»¹²

¹⁰ Immanuel Kant, *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*, Edições 70 (Col. Textos Filosóficos, 18), Lisboa, 1988, p.11.

¹¹ Cláudio de Chaby - *Excerptos Historicos e Collecção de Documentos relativos á Guerra denominada da Peninsula e ás anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1863, pp.46-47.

¹² Cláudio de Chaby - *Excerptos Historicos ...*, p. 47.

A relação, com data de 2 de Setembro de 1793, das forças militares (Divisão Auxiliar Portuguesa), sob o comando do marechal de campo João Forbes Skellater, que embarcaram em Lisboa em 20 de Setembro de 1793, demandando o porto de Rosas na Catalunha, era a seguinte: estado maior (64 elementos); infantaria: 1.º regimento do Porto (818), 2.º regimento do Porto (818), 1.º regimento de Olivença (819), regimento de Peniche (819), regimento de Freire de Andrade (819) e regimento de Cascais (819); uma brigada de artilharia (461), uma brigada de engenheiros (5) e criados (157). Este corpo de tropas estava dividido em duas brigadas de fuzileiros, cada uma composta por 3 regimentos, uma brigada de granadeiros, composta por 12 companhias, e uma brigada de artilheiros, composta por 4 companhias. Todo este corpo de tropas foi transportado em 14 navios, escoltados por 5 embarcações de guerra¹³.

A viagem feita de barco foi longa, tormentosa e esforçada: mau tempo, ventos contrários, falta de água e mantimentos e enfermidades várias. Segundo Cláudio de Chaby¹⁴, «nos dias 9 e immediatos do mez de novembro, Pedro Mariz de Sousa Sarmento, commandante da esquadra, cumpria a sua ardua missão, desembarcando em Rosas a divisão auxiliar».

As tropas portuguesas foram recebidas por um tempo chuvoso e causador de cheias, inundações, perturbações das comunicações e estragos no material de guerra. Em 26 de Novembro de 1793, quase sem tempo para se recomporem de doenças, canseiras e desorganização, e depois de uma tormentosa viagem entre Rosas e Ceret, entraram nos confrontos sangrentos de Ceret, tomando essa praça militar aos franceses. La Rocca, St. Genis, Banyuls, Argelés e Toloza também foram tomadas¹⁵. Por algum tempo as tropas luso-espanholas dominaram o Roussillon.

Um dos mais terríveis sofrimentos por que passaram as tropas portuguesas foi devido a doenças, falta de condições mínimas de acampamento e habitação, insalubridade das habitações, falta de víveres e de medicamentos. No inverno de 1793-1794 os caminhos da Catalunha não proporcionavam as condições mínimas para o transporte de víveres e de munições. Em Fevereiro de 1794 «Tinham os hespahoos nos seus hospitaes [...] mais de onze mil homens; victimas não só das doenças, mas do mau tratamento que recebiam n'aquellas funebres habitações [...]»¹⁶. Depois de vários recontros com os franceses, as tropas luso-espanholas tiveram o seu primeiro grande desaire em 1 de Maio de 1794 com a perda de Ceret, sendo forçadas a uma retirada para a praça de S. Fernando de Figueras.

«[...] Nos ataques feitos pelo inimigo a Ceret e Saint-Ferréol, em 29 de Abril de 1794, distinguiram-se os artilheiros portugueses, lutando ao lado das forças espanholas. Com grande trabalho e destreza instalaram três peças em posições até então julgadas inacessíveis às mais ligeiras bôcas de fogo, defendendo bravamente a Ponte do Ceret. Mas o exército havia sido pôsto em retirada pela pressão dos franceses. Durante êste movimento, entre os que mais se distinguiram para salvar

¹³ A.H.M. - 3ª Div. - 13ª Sec. - Cxª. 1 - Nº 28.

¹⁴ Cláudio de Chaby - *Excerptos Historicos* ..., p. 50.

¹⁵ «Rossilhão» in *Dicionário de História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão), vol. V, Liv. Figueirinhas-Iniciativas Editoriais, Porto, 1979, p. 371.

¹⁶ Cláudio de Chaby - *Excerptos Historicos* ..., p.78.

as peças, conta-se o capitão Manuel Ribeiro de Araújo. Apesar da aspereza do terreno e da falta de caminhos, os portugueses conseguiram atingir o seu objectivo, evitando que as peças fôsem cair em poder do inimigo. O capitão Araújo passou, depois, à praça de Figueras, formando parte do destacamento de artilheiros portugueses que guardava o numeroso trem de artilharia ali existente.»¹⁷

No dia 1 de Maio de 1794 as armas evidenciaram o ânimo das tropas, o calor da refrega e o início da capitulação luso-espanhola. A retirada de Ceret, sendo na altura o comandante das tropas luso-espanholas o conde da União, foi feita no meio da maior confusão e praticando-se as maiores atrocidades. Nesse dia, vários militares tiveram acção valorosa e distinta nos combates e na retirada, como foi o caso do capitão Manuel Ribeiro de Araújo. Refere Cláudio de Chaby¹⁸ :

«[...] sendo recommendavel, o valor, serenidade, e activo comportamento dos artilheiros da nossa brigada, que com indisiveis trabalhos conseguiram, com manifesta honra, salvar em meio d'aquella confusão e lamentaveis perdas, as suas bôcas de fogo. Merecem a menção da historia os nomes dos officiaes que mais contribuíram para aquelle feito honroso, e foram: do regimento de artilheria do Alemtejo, Francisco Duarte da Fonseca Lobo, e do regimento de Valença do Minho, Francisco Pedrosa Barreto, Manuel Ribeiro de Araujo, José Manuel de Queiroz, e Domingos José de Sousa [...].»

Acantonadas as tropas luso-espanholas na praça de S. Fernando de Figueras, ali ficaram à espera de definição de nova estratégia dos comandos militares. O castelo ou praça de S. Fernando de Figueras, situado nos pirinéus orientais, dominava uma grande garganta estratégica.

No dia 17 de Novembro de 1794 as forças francesas atacaram em todas as frentes as primeiras linhas de defesa da praça de Figueras. Foi o primeiro grande embate entre as tropas francesas e as luso-espanholas em Figueras. Acometido por diversos e sucessivos ataques nos dias seguintes e

«Por inconcebível maneira, e com a admiração, o espanto e o pezar do exercito alliado, o castelo de S. Fernando de Figueras foi entregue aos francezes, no dia 27 [de Novembro de 1794] pelas sete horas da manhã!

Tão inesperado successo, foi o ultimo golpe da desgraçada campanha de 1794, e por elle muito teve que lastimar-se o patriotismo hespanhol, e a honra militar. [...]

Finalmente, no dia 28 [de Novembro de 1794] saía a guarnição com caixas batentes e bandeiras despregadas entre duas filas de soldados da republica, entregava as armas, e os francezes se constituíam donos da praça e castello, onde arvoravam no lugar do pavilhão de Castella, o estandarte da França republicana!

Mais de cento e cincoenta soldados portugueses, na maior parte artilheiros, e alguns officiaes, tiveram de resignar-se á sorte da guarnição; com ella foram considerados prisioneiros de guerra, sem que, como ella, houvessem queimado um só cartuxo na defesa das respectivas muralhas!»¹⁹

Manuel Ribeiro de Araújo, capitão da 4.^a companhia da brigada de artilharia e oriundo da 1.^a companhia do regimento do Porto, pertencia ao grupo de militares

¹⁷ «Araújo (Manuel Ribeiro de)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.III, Editorial Enciclopédia, Lisboa-Rio de Janeiro, s.d., p. 95.

¹⁸ *Excerptos Historicos ...*, pp.94-95.

¹⁹ Cláudio de Chaby, *Excerptos Historicos ...*, p.130.

aprisionados pelos franceses no dia 17 de Novembro de 1794. Esteve preso em Tolosa até meados de Agosto de 1795²⁰.

Analisando a lista dos mortos e feridos desta campanha do Roussillon e Catalunha, ficamos com a impressão de que morreram mais militares por doença, indigência e por contingências da deslocação a França que por combate.

Tomada a praça de Figueras, as tropas luso-espanholas recuaram para Gerona, donde, assinada a paz, regressaram aos seus quartéis de origem.

A guerra entre Espanha e França teve o seu fim com o Tratado de Basileia que foi assinado em 22 de Julho de 1795, ratificado pela França em 3 de Agosto de 1795 e pela Espanha no dia imediato. D. Manuel de Godoy, duque de Alcudia, assinou e ratificou este tratado como representante do monarca de Espanha. Foi publicado em Madrid em 15 de Setembro de 1795. Neste tratado a posição portuguesa não foi devidamente acautelada e, por isso, a França manteve o estado de guerra contra Portugal.

«[...] pelo meado do mez de agosto, estava já incorporada na divisão auxiliar portuguesa, a maior parte dos officiaes e soldados que durante a guerra tinham sido prisioneiros [...].»²¹ Manuel Ribeiro de Araújo reuniu-se à sua brigada de artilharia na cidade de Gerona e com ela voltou para Portugal. Ainda segundo Cláudio de Chaby,²²

«[...] só no dia 28 de setembro principiaram a marchar com destino para Barcelona, a fim de embarcar ali para Portugal, em varios navios mercantes afretados pelo governo de Hespanha, devendo ser acompanhados por dois vasos de guerra da mesma nação. [...] Ao cabo de uma jornada de seis dias, [...] acantonaram-se finalmente em Hospitalet, pouco mais de cinco kilometros [...] de Barcelona. [...]

No dia 28 de outubro, um mez depois de haver a divisão portuguesa abandonado o theatro de guerra, [...] embarcou em Barcelona [...]. Era o começar da estação hibernosa, [...] postoque lutando com algum tempo, sem notavel accidente, [...] nos dias 10 e 11 de dezembro, deram felizmente entrada no patrio Tejo aquelles nossos valentes soldados [...].»

Terminada a campanha, cumpriram-se alguns rituais:

«Para mostrar a Minha Real satisfação ao benemerito Corpo da Minha Brigada de Artilheria, que passou á Hespanha. Sou servida Ordenar, que os Officiaes do mesmo Corpo possam usar para o futuro de huma Peça de Artilheria bordada de prata sobre o braço direito, em signal de distincção, e do mesmo modo os Cadetes do dito Corpo; os Officiaes Inferiores a trarão bordada de seda, e os Soldados de lã branca. [...] Palacio de Quéluz a dezesete de Dezembro de mil setecentos noventa e cinco. [...].»²³

De Outubro de 1795 a Agosto de 1800, Manuel Ribeiro de Araújo esteve destacado no Porto com a sua companhia de pontoneiros e artilharia e comandando o trem de artilharia da mesma cidade. No desempenho deste cargo

²⁰ A.H.M. - 1ª Div. - 10ª Sec.: Cx.ª 5 - nº 1, Cx.ª 5 - nº 9 e Cx.ª 6 - nº 3.

²¹ Cláudio de Chaby - *Excerptos Historicos* ..., p.162.

²² *Excerptos Historicos* ..., p.163.

²³ A.H.M. - 1ª Div. - 10ª Sec. - Cx.ª 6 - nº 7.

tinha o posto de capitão. Em 5 de Abril de 1796 foi promovido a capitão efectivo de pontoneiros no regimento de artilharia n.º 4 do Porto, destacado em Valença do Minho, por falecimento de Januário António da Silveira. Por decreto de 16 de Junho de 1800 foi promovido a tenente coronel de artilharia do Pará (Brasil) e colocado no lugar de inspector do trem e artilharia da mesma capitania, tendo-lhe sido fixado o soldo de 150\$000 reis anuais.

Ribeiro de Araújo não foi de imediato para o Pará por falta de meio de transporte. Ficou na metrópole, como tantos outros, a aguardar oportunidade de embarque. Entretanto, em 31 de Outubro de 1800 é passada a Ribeiro de Araújo a Carta de Profissão e provimento de Hábito de noviço da Ordem de S. Bento de Aviz²⁴. Porque promovido a tenente coronel de artilharia do Pará e colocado no lugar de inspector do trem e artilharia da mesma capitania, Ribeiro de Araújo, legitimamente impedido de exercer o ofício de Tabelião, solicita e obtém alvará, de 24 de Novembro de 1800, para poder nomear serventuário no mesmo ofício²⁵.

Segundo julgamos, não foi possível a sua deslocação para o Pará. Entretanto surgiu a «Guerra das Laranjas».

«Guerra das Laranjas»

«[...] seis annos depois da paz de Basiléa, invadiram os hespanhoes os nossos lares em som de guerra, associados n'esta deliberação injusta e ingrata, aos inimigos que em commum haviamos combatido.»²⁶ Era a «Guerra das Laranjas», declarada a 2 de Março de 1801, por Portugal não abandonar a aliança com a Inglaterra e não abrir os seus portos a franceses e espanhois. «"Somos duas bestas que os outros picam", opinava a D. Francisco Solano, comandante do exército espanhol, o duque de Lafões, chefe do exército português; "agitemos as campanhas, mas não nos façamos mal, que seria ridículo."»²⁷

A «Guerra das Laranjas» teve o início das suas hostilidades a 20 de Maio de 1801 com a tomada, logo ao 1.º aviso, de Olivença e Juromenha que se renderam sem que fosse disparado um tiro. Campo Maior e Ouguela renderam-se ao inimigo em 6 de Junho de 1801, acabando também Portalegre, Arronches e Castelo de Vide por serem tomadas pelos espanhois. Só Elvas logrou afastar os invasores²⁸. Muitas praças militares do Alentejo estavam abandonadas, desguarnecidas, desorganizadas ou com guarnições muito reduzidas. Ao mesmo tempo que se desenrolava a campanha do Alentejo da «Guerra das Laranjas», Portugal, em retaliação, invadia a Galiza.

A «Guerra das Laranjas» pôs em evidência a fraqueza e a desorganização do exército português, tendo os ingleses colaborado notoriamente com Portugal. Da Inglaterra vieram oficiais, médicos e diverso apoio logístico²⁹. Sem os ingleses, os

²⁴ A.N.T.T., Registo Geral de Mercês, D. Maria I, 31/10/1800, L.º 30, fl. 364 e 372.

²⁵ A.N.T.T., Chancelarias, D. João VI, 24/11/1800, L.º 7, fl. 33v.

²⁶ Cláudio de Chaby - *Excerptos Historicos* ..., p.161.

²⁷ *Dicionário de História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão), Vol. III, Liv. Figueirinhas-Iniciativas Editoriais, Porto, 1979, p.402.

²⁸ A.H.M. - 1ª Div. - 12ª Sec. - Cx.ª 3 - nnº 18 e 27.

²⁹ A.H.M. - 1ª Div. - 12ª Sec. - Cx.ª 1 - nº 5.

portugueses teriam saído da «Guerra das Laranjas» de uma forma mais desvantajosa, pois a Espanha fora apoiada pela França. De facto, muitos dos conflitos na Península Ibérica não passaram de conflitos indirectos entre a França e a Inglaterra.

O «Tratado de Paz e Amizade» foi assinado entre Portugal, Espanha e França em Badajoz a 6 de Junho de 1801 pelos plenipotenciários Luís Pinto de Sousa, D. Manuel de Godoi e Luciano Bonaparte. Por este tratado Portugal perdeu, para sempre, a praça de Olivença. A ratificação deste tratado deu-se a 20 de Julho de 1801 com a assinatura do Príncipe Regente de Portugal no Palácio de Queluz³⁰.

O tenente coronel Manuel Ribeiro de Araújo participou na campanha do Alentejo da «Guerra das Laranjas» integrado nas brigadas de artilharia durante todo o tempo da sua duração.

Reorganização do Arsenal do Exército

Atendendo à situação do exército português, concretamente na sequência da «Guerra das Laranjas», no ano de 1802 é publicada legislação respeitante à reformulação e regulamentação do Arsenal do Exército³¹. Assim, por carta de lei de 12 de Janeiro de 1802, D. João VI determina a criação de um sistema geral de disciplina, coordenação e administração dos Arsenais do Exército:

«Junta da Fazenda, que Elevo á dignidade de Tribunal Regio, que se intitulará: *Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito*, e huma Contadoria com a denominação de *Contadoria dos Arsenaes do Exercito, Fundições, Praças, Armazens, Fabricas de Polvora, e Petrechos de Guerra*: E Determino, que á Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito haja de competir exclusivamente os Approvisionamentos do Arsenal Real do Exercito, a Administração, e Execução de todos os trabalhos, que Eu for servido mandar fazer no Arsenal Real do Exercito, Officinas, e Laboratorios delle dependentes, e igualmente nos das Praças, e Fortalezas de Guerra, que sujeito á Direcção, e Inspecção da mesma Junta: E Sou outrosim servido, que haja de pertencer á mesma Junta a Inspecção da Real Fabrica da Polvora de Barcarena, da Real Fabrica do rafino do Salitre, sita em Alcantara, da Nitreira de Braço de Prata, e de mais, que houverem de estabelecer-se, da Fabrica de Carvoarias das Rilvas, e Armazens da Lapa da Moura, Beirollas, e Val-formoso [...].

Será composta a Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito de hum Presidente [Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra], e de cinco Deputados [Vice-Presidente, Intendente dos armazens, Inspector das

³⁰ A.H.M. - 1ª Div. - 12ª Sec. - Cx.ª 3 - nº 28.

³¹ Diz a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.III, Ed. Enciclopédia, Lisboa-Rio de Janeiro, s.d., p. 397: «*Arsenal do Exército* foi a designação dum estabelecimento que, compreendendo repartições, oficinas, fábricas, arrecadações e depósitos, era destinado ao fabrico e aquisição, à reparação e conservação do material de guerra. Foi criado por alvará de 24 de Março de 1764. Porém, anteriormente a esta data, encontravam-se os assuntos respeitantes a material de guerra, em Portugal, a cargo da *Tenência*, criada por decreto de 28 de Dezembro de 1640 [...].»

oficinas, Contador e Fiscal da Fazenda]; e haverá para o expediente da mesma Junta hum Secretario, e mais Officiaes necessarios.»³²

O alvará do regimento do Arsenal³³, da mesma data e condizente com a carta de lei, prescreve as medidas achadas necessárias à boa gestão, economia de meios, arrecadação, armazenagem, conserto e fabrico do material militar e estabelecimento de um sistema geral de escrituração e contabilidade. Por sua vez e por decretos de 12 de Julho de 1802 são criados a Junta do Arsenal de Artilharia da cidade do Porto e o seu regimento, na dependência directa da Real Junta da Fazenda e Contadoria dos Arsenais Reais do Exército com sede em Lisboa. O decreto de criação do Arsenal de Artilharia do Porto refere:

«Tendo tomado na Minha Real Consideração as attendiveis vantagens, que devem resultar ao Meu Real Serviço, do estabelecimento de hum Arsenal de Artilharia, e Deposito de Armas e Munições de Guerra na Cidade do Porto, donde mais facil, prompta e economicamente possão ser providas as Praças das tres Provincias de Trás-os-Montes, Minho e Beira: Sou servido Ordenar ao Conselheiro, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, que faça proceder a huma Inspecção do Arsenal existente na Cidade do Porto [...].

Para o regimen e direcção do Arsenal, que Mando estabelecer na Cidade do Porto, Sou servido crear hum Junta, que será composta de hum Presidente e quatro Deputados, que serão; o Intendente do Arsenal, que na ausencia do Presidente fará as suas vezes; o Inspector, o Fiscal, e o Contador. Haverá na mesma Junta hum Secretario; e as obrigações dos Membros, de que esta Junta fica composta, serão as mesmas, que Determinei pelo Alvará de Regimento de 12 de Janeiro de 1802, que Fui servido dar á Junta da Fazenda dos Arsenaes Reaes do Exercito.»³⁴

Face a estas circunstâncias de reorganização do Arsenal do Exército e tendo em conta os bons serviços prestados, valor militar, competência e desempenho de funções ligadas à inspecção e arrecadação de trens de artilharia, o tenente coronel de artilharia Manuel Ribeiro de Araújo, por decreto de 18 de Julho de 1802, é chamado a exercer, na cidade do Porto, os cargos de inspector do Arsenal Real de Artilharia e depósito de armas e munições de guerra e, por inerência, deputado da Real Junta da Fazenda do mesmo Arsenal, com o vencimento de 200\$000 reis anuais. Prestou serviço efectivo nestes cargos de 12 de Agosto de 1802 a 11 de Dezembro de 1808.

Por alvará de 13 de Maio de 1807 a composição da Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército passou de 5 para 8 deputados:

«Sou Servido que, além dos cinco Deputados de que actualmente he composta a Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, haja mais tres, que serão Officiaes Militares, a saber: Hum de Artilheria, que será sempre o Inspector da Artilheria, e Munições de guerra das Praças do Reino, que Fui Servido crear por

³² *Collecção das Leys*, tomo VII (1801-1803) in A.H.M. - 3ª Div. - 3ª Sec. - nº 2.1/7.

³³ *Ibidem*

³⁴ *Ibidem*.

Decreto em data de hoje; e hum Official Superior de Infantaria, e outro de Cavallaria.»³⁵

Entretanto inicia-se a Guerra Peninsular (1807-1814) envolvendo Portugal, França, Espanha e Inglaterra. Inicialmente o problema mais relevante foi o bloqueio continental contra a Inglaterra decretado por França. Como Portugal, velho aliado de Inglaterra, não aderisse a esse bloqueio, a reacção de Napoleão, com a conivência dos espanhóis, não tardou e aconteceram as invasões francesas (1807-1811). Pelo Tratado de Fontainebleau (27/10/1807), assinado pela Espanha e pela França, previa-se a partilha de Portugal entre franceses e espanhóis.

As tropas francesas comandadas por Junot (1.^a invasão) entraram em Lisboa no dia 30 de Novembro de 1807, fugindo à sua frente a Corte portuguesa para o Brasil (27/11/1807).

Levantado o país contra o invasor³⁶, forma-se no Porto, em 20 de Junho de 1808, a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, presidida pelo bispo da diocese do Porto. Pela Convenção de Sintra, assinada por Junot e pelo general inglês Dalrymple em 30 de Agosto de 1808, Lisboa liberta-se da tutela francesa, tendo sido restaurados os poderes do Conselho de Regência a 18 de Setembro de 1808. Mas sempre os ingleses patrocinando a nossa política e as nossas acções militares.

Entre 27 de Julho e Dezembro de 1808 Ribeiro de Araújo desempenhou, na cidade do Porto, em acumulação com o exercício de inspector do Arsenal, o cargo de comandante do regimento de artilharia n.º 4, com exercício no posto de coronel. Foi promovido a coronel de artilharia por decreto de 13 de Outubro de 1808. Por outro decreto da mesma data, e com exercício efectivo em Lisboa a partir de 18 de Dezembro de 1808, é nomeado «Desembargador Deputado Procurador Fiscal» da Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército e inspector das suas oficinas, sendo-lhe também atribuído, em acumulação, o cargo de director do Arsenal do Exército da cidade do Porto e inspector das oficinas deste Arsenal. Ribeiro de Araújo foi para Lisboa ocupar o lugar vago pela retirada para a América de Carlos António Napion.

A ida de Ribeiro de Araújo para Lisboa foi problemática pois, devido à desorganização e aos graves problemas causados pela 1.^a invasão francesa, o Arsenal do Porto procurava abastecer as praças de guerra do Norte e por isso os responsáveis políticos e militares não o queriam deixar sair para Lisboa. Em ofício de 29 de Novembro de 1808, enviado a D. Miguel Pereira Forjaz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Ribeiro de Araújo refere³⁷:

«Il.mo e Ex.mo Snr.

Tendo remetido, por mar, para essa cidade, aonde já estarão, os meus vários [?] moveis, e os meus livros, e estando prompto a marchar p.^a a mesma no dia

³⁵ *Collecção da Legislação Portuguesa (1802-1810)*, Typ. Maigrense, Lisboa, 1826 in A.H.M. - 3.^a Div. - 3.^a Sec. - n.º 2.7/7.

³⁶ Brig.^o Carlos Azeredo, *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Museu Militar do Porto, Porto, 1984. Na página 27 faz-se uma pequena referência ao tenente coronel Manuel Ribeiro de Araújo.

³⁷ A.H.M. - 3.^a Div. - 13.^a Sec. - Caixa 9 - n.º 48.

d'ontem, acontece que por motivo d'algumas noticias pouco agradaveis que aqui tem corrido, e por outras que ignoro; o Ex.mo Snr. Benardino Freire me ordenou de suspender a minha marcha, enq.to aqui senão promptificassem as diferentes Divizoens d'Art.^a para os Exercitos do Norte, em estado de marchar á primeira ordem e senão puzesse na maior activd.e a factura de cartuxame de differentes adarmes p.^a a Infantaria e Ordenanças, e da mesma sorte o cartuxame d'Art.^a, e fogos artificiaes do laboratorio, serviço em que actualmente estou empregado. Aqui está o Sargento-Mor do Regim.^o d'Art.^a n.^o 4 commandando hum Destacamento de duzentos Artilheiros, com os officiaes e officiaes Inferiores Competentes; este official, ainda que velho, e de poucas expressoens, tem hum grande conhecim.to do serviço d'Art.^a e sabe muito bem dirigir os trabalhos do Parque, e do Laboratorio.

O Sargento-Mor do Arcenal Martinho Antonio Cardozo, tem servido comigo muitos annos. É activo e tem seu prestimo no Trem e nas officinas, e por isso me parece que sem fazer aqui a maior falta eu poderia hir para a Corte exercer o meu novo Emprego; tudo isto tenho exposto a mesmo Ex.mo Snr. Benardino Freire, mas elle diz que me conhece e que não conhece tam bem os destes [?] officiaes e que portanto devo por ora ficar; o que tudo participo a V. Ex.^a para que não pareça creminozza a minha demora nesta cidade depois dos repetidos Avizos de V. Ex.^a para marchar, porq.. he certo que em todo o tempo da minha demora eu me tenho estado empregado em hum serviço mais activo, sem rezervar p.^a os meus enteresses particulares hum minuto.

Dos Inventarios, a que com a maior actividade, se tem procedido nos Armazens deste Arcenal extrahi e clacifiquei os prencipaes effectivos [?] d'Art.^a, Infantaria, Cavallaria, e Fardamento actualmente existentes nos mesmos Armazens que constão pela Relação inclusa, que quero Levar a V. Ex.^a; em quanto senão formalizava [?] o Inventario Geral, e que agora julgo devo remeter visto ser preciso demorar-me nesta cidade.

Deos Guarde a V. Ex.^a muitos annos

Porto 29 de Novembro de 1808

Il.mo e Ex.mo Senhor

Dom Miguel Pereira Forjaz

Manoel Ribeiro d'Araujo.»

Contrariando Bernardino Freire de Andrade, o Ministro da Guerra, envolvido na reorganização do exército e preparação de outras invasões, ordena que Ribeiro de Araújo ocupe o mais rapidamente possível o seu posto em Lisboa, o que acontece, efectivamente, a partir de 18 de Dezembro de 1808. O Arsenal do Exército estava desorganizado e precisava de obras. O anterior inspector, coronel Carlos Julião, havia exercido o seu cargo no meio de uma certa agitação que era necessário debelar.

Ribeiro de Araújo instalou a sua residência nas casas da Fundação de Cima porque o § 36 do regimento do Arsenal de 12 de Janeiro de 1802 dizia: «Será o sobredito Inspector do Arsenal obrigado a residir de dia, e de noite no Arsenal, para o que lhe serão dadas casas para sua habitação, e de sua familia; e não poderá pernoitar fóra sem licença da Junta, a qual sendo por mais de oito dias lha não concederá sem Me consultar.» Tudo indica que aí sempre tenha morado enquanto viveu em Lisboa. Na Fundação de Cima, entre outros parques de máquinas, estava instalada a fundição de artilharia.

Para fazer face às investidas dos franceses, em 11 de Dezembro de 1808 decreta-se

«que toda a Nação Portuguesa se arme pelo modo que a cada hum for possivel: que todos os homens, sem excepção de pessoa, ou classe, tenham huma espingarda, ou pique com ponta de ferro [...], e de todas as mais armas que as suas possibilidades permitirem. Que todas as Cidades, Villas, e Povoações consideraveis se fortifiquem [...] que todas as Companhias se reunirão nas suas Povoações todos os Domingos, e Dias Santos para se exercitarem no uso das armas que tiverem, e nas evoluções militares, comprehendendo todos os homens de idade de quinze até sessenta annos. Finalmente, que toda a pessoa que se não armar, recusando concorrer com a Nação em geral para a defeza da Patria, seja preza, e fique incursa na pena de morte [...] que pela mesma razão seja queimada e arrazada aquella Povoação que se não defender contra os aggressores deste Reino [...]»³⁸

Mas as tropas francesas, entrando por Trás-os-Montes, ocuparam de novo o Porto a partir de 29 de Março de 1809. Era a 2.^a invasão francesa (Soult). De 1909 a 1920 o "monarca" português de facto foi o Marechal Beresford.

Por despacho de 10 de Maio de 1809, Manuel Ribeiro de Araújo passa a acumular o cargo de inspector das fábricas da pólvora de Barcarena e do refino do salitre em Alcântara, sendo-lhe fixada, por decreto de 28 de Setembro de 1809, a gratificação mensal de 60\$000 reis. Entre 1809 e 31 de Julho de 1823, data em que foi nomeado cônsul geral de Portugal em Génova, o capitão conde Alexandre José Gervasoni foi o oficial de artilharia às ordens do inspector do Arsenal Manuel Ribeiro de Araújo³⁹.

Na sequência das três invasões francesas e repensando-se a organização do Arsenal, foi determinado, por uma portaria de 10 de Junho de 1812, a extinção da Junta e Arsenal do Exército da cidade do Porto, sendo designado o desembargador Sebastião Correia de Sá «encarregado da direcção e fiscalização de todos os referidos objectos, ficando sujeito à Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército»⁴⁰. O trem do Ouro do Porto ficou com as incumbências que anteriormente pertenciam ao Arsenal do Porto.

No rescaldo das invasões francesas, com uma maçonaria muito activa e com a Corte no Brasil, não foi fácil gerir e manter a organização no Arsenal. Por vezes surgiam contenciosos de difícil solução. Podemos citar um diferendo, verificado em Janeiro de 1815, entre o intendente (José Botelho Moniz da Silva) e o inspector do Arsenal (Manuel Ribeiro de Araújo) a respeito de ordens contrárias difundidas no Arsenal. O inspector do Arsenal actuou de um modo decidido e expedito para pôr cobro a intrigas e à desorganização dos trabalhos⁴¹.

Manuel Ribeiro de Araújo é graduado em brigadeiro em 12 de Outubro de 1815.

Em 1816 foram desenvolvidos esforços para uma reforma do Arsenal. Vários foram os pareceres sobre a sua reforma, nomeadamente do tenente general José António da Rosa⁴². Mas o mais grave de tudo foram os vários motins que em 1817

³⁸ *Collecção da Legislação Portuguesa (1802-1810)*, Typ. Maignense, Lisboa, 1826, pp.664-665 in A.H.M. - 3.^a Div. - 3.^a Sec. - nº 2.7/7.

³⁹ A.H.M. - 3.^a Div. - 13.^a Sec. - Cx.^a 27 - nº 70.

⁴⁰ A.H.M. - 3.^a Div. - 13.^a Sec. - Cx.^a 5 - nº 65.

⁴¹ A.H.M. - 3.^a Div. - 13.^a Sec. - Cx.^a 15 - nº 74.

⁴² José António da Rosa participou na campanha do Roussillon como distinto sargento-mor de artilharia e comandante de uma brigada. Faleceu em 28/11/1830, sendo tenente general, Comandante Geral de

aconteceram no Arsenal do Exército. Ribeiro de Araújo, acusado e caluniado, reagiu com determinação e pediu castigos para os autores dos motins e das calúnias. Repare-se na comunicação que ele fez a um seu superior, possivelmente o Ministro da Guerra:

«Il.mo e Ex.mo Snr.

Os motins no Arcenal vão progredindo. Ontem a noite recebi cartas anonimas culpando-me de todas as desgraças do Arcenal, e dizendo que os meus Planos são a culpa e cauza de tudo[;] que verei Lisboa levantada no Rocio porq. os Snr.es Governadores gostão de ver o povo junto [...].

Eu vou p.a Belem e estimarei m.to encontrar-me la com V. Ex.^a porq. se taes procedim.tos passam sem Castigo; É indispensavelmente melhor [?] deixar o Ar.nal.

Beija respeitozam.e a Mão a V. Ex.a o seu

Mais attento Subdito [...].

Lx.a 4 de Março de 1817.

Manoel Rib.ro d'Araujo»⁴³

Estes motins no Arsenal enquadravam-se num ambiente geral de contestação e insurreição liberal contra o regime que teve como desfecho a forca, em 18 de Outubro de 1817, para alguns liberais e nomeadamente para o mação Gomes Freire de Andrade, distinto general da campanha do Roussillon. Com Gomes Freire, mais onze indivíduos foram executados e lançados à fogueira no Campo de Sant'Anna, em Lisboa, acusados de conspirarem contra o marechal Beresford e as instituições legítimas.

O inspector Manuel Ribeiro de Araújo, nos contínuos impedimentos do intendente do Arsenal José Botelho Moniz da Silva, também desempenhou o cargo de intendente interino nos anos de 1817 a 1820⁴⁴.

As convulsões da revolução liberal de 1820 trouxeram uma grande intranquilidade para toda a instituição militar. Sofrendo sobressaltos e usando de muita diplomacia, Ribeiro de Araújo foi-se inserindo na nova ordem política e ajustando-se aos inúmeros golpes, insurreições e alterações da ordem pública e política. Em 5 de Agosto de 1820 é promovido a brigadeiro efectivo. Nesse ano de 1820 também desempenha o cargo de intendente do Arsenal do Exército⁴⁵.

Na sequência da Vila-Francada (27/5/1823) exige-se, por carta de lei de 20 de Junho de 1823, que todos os funcionários do Estado declarem «não pertencer desde a data de sua promessa em diante a nenhuma sociedade secreta». Esta carta de lei foi aplicada no Arsenal do Exército. Era a tentativa de regresso ao absolutismo e o desejo de controlar as ideias liberais e revolucionárias. Com a Abrilada (30/4/1824) regressa-se ao regime liberal exilando-se D. Miguel em Viena de Áustria. Mas as confusões políticas continuaram.

artilharia e Vice-presidente da Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército. Desempenhou o cargo de Vice-presidente do Arsenal desde, pelo menos, 1816. (A.H.M. - 3ª Div. - 13ª Sec. - Cx.^a 17 - nº 1 e Cx.^a 34 - nº 35.)

⁴³ A.H.M. - 3ª Div. - 13ª Sec. - Cx.^a 19 - nº 27.

⁴⁴ A.H.M. - 3ª Div. - 13ª Sec. - Cx.^a 19 - nº 2.

⁴⁵ *Almanach para o anno de 1820* [Lista dos Officiais do Exército] , Lisboa, Na Offic. de J.F.M.de Campos, pp.443-450.

Pela «ordem do dia» do exército de 6 de Fevereiro de 1826, Manuel Ribeiro de Araújo é graduado em marechal de campo.⁴⁶ O regulamento do Conde de Lippe e a lei de 13 de Maio de 1789 conferem o grau de «fidalgo da casa real» a todos os postos militares superiores (marechal de campo e tenente general). Esta lei refere:

«Tendo consideração a que a Profissão Militar constituindo por sua natureza a segurança, e defeza dos Meus Reinos, e Dominios, e que havendo ella sido em todos os tempos desta Monarchia a nobre profissão dos grandes homens [...] E querendo Eu, que huma tão nobre, e tão necessaria profissão [...] tenha em si mesma hum premio de tanta vantagem [...] os eleve a huma Classe, e Jerarquia superior á em que nascêrão; [...] haja tambem certos, e determinados póstos, aos quaes ande tambem annexa a honra de serem Fidalgos da Minha Real Casa [...]. Sou servida, que todos os Officiaes Militares, que subirem aos póstos de Marechaes de Campo, ou de Tenentes Generaes dos meus Exercitos, cujas graduações tem já a si annexos distinctos tratamentos, e honras declaradas pelas Minhas Leis, sejam tomados logo por Fidalgos da Minha Real Casa, expedindo-se-lhes pela Mordomia Mór os seus competentes Alvarás, sem dependencia de outro algum requisito [...]»⁴⁷

Em Setembro de 1826 Ribeiro de Araújo era presidente da comissão de verificação dos «generos e effeitos que entrão no Arsenal Real do Exercito, nelle se fabricão e distribuem aos diversos Corpos do Exercito, e às Praças de Guerra [...]»⁴⁸ Por alvará de 28 de Abril de 1827 é atribuída a Ribeiro de Araújo a comenda honorária da Ordem de S. Bento de Aviz.⁴⁹

Em Março de 1828 dá-se um golpe de Estado absolutista, as Cortes são dissolvidas e D. Miguel é proclamado rei absoluto (Jul.1828) pelas Cortes tradicionais. Seguem-se tremendas lutas com fugas, exílios, perseguições e execuções. As lutas liberais em Portugal travam-se entre 1828 e 1834. Por decreto de 14 de Fevereiro de 1831 é promovido a marechal de campo efectivo⁵⁰, sendo o conde de Barbacena chefe do Estado Maior General.

A guerra civil de 1832-1834 e o fim de uma carreira militar

Nos anos 1831-1832 houve um movimento geral de apetrechamento militar dos Batalhões de Voluntários Realistas. O Arsenal do Exército forneceu-lhes os mais diversos materiais de guerra. Citemos alguns dos batalhões que constam das relações de fornecimento de material militar: batalhões da Beira Alta, Trás-os-Montes, Minho e Partido do Porto, fornecidos de material militar oriundo do trem do Ouro (Porto); Aveiro; Torres Novas e Santarém; Castro Daire; Arganil; Lamego; Besteiros; Monsaraz; Évora; Elvas; Beja.⁵¹ Por sua vez, o exército liberal organizava-se e apetrechava-se nos Açores para se dirigir ao Porto. Assim, a

⁴⁶ Marechal de campo foi posto do exército português criado em 1762 e extinto em 1863.

⁴⁷ *Collecção das Leys*, tomo V (1789-1795) in A.H.M. - 3ª Div. - 3ª Sec. - nº 2.1/5.

⁴⁸ *Processo individual* in A.H.M. - Cx.ª 317.

⁴⁹ A.N.T.T., Registo Geral de Mercês, D. João VI, 28/4/1827, L.º 22, fl. 180.

⁵⁰ Por alvará de 7/12/1831, o marechal de campo Manuel Ribeiro de Araújo é designado «Fidalgo Cavaleiro da Casa Real». Ver A.N.T.T., Registo Geral de Mercês, D. Pedro IV-D. Miguel, 7/12/1831, L.º 3, fl. 27.

⁵¹ A.H.M. - 3ª Div. - 13ª Sec. - Cx.ª 37 - nº 7.

expedição liberal, vinda da ilha Terceira, desembarca na praia do Pamplido-Mindelo (Vila do Conde) em 8 de Julho de 1832 e no dia imediato entra na cidade do Porto. Instalada a expedição liberal e cercada a cidade do Porto, seguiu-se uma sangrenta guerra civil. Saindo vitorioso do cerco do Porto e de outros recontros, o exército liberal chega a Lisboa no dia 24 de Julho de 1833. A partir desta data o Arsenal do Exército passou a fornecer material de guerra às tropas liberais. A guerra civil só terminaria com a Convenção de Évora-Monte (26/5/1834) e a expatriação de D. Miguel.

Qual seria o posicionamento político e militar do marechal de campo Manuel Ribeiro de Araújo durante a guerra civil? Citemos algumas referências para melhor compreendermos esta questão. Na «Lista Geral dos Officiaes do Exercito Libertador referida ao dia 25 de Julho de 1833», dia imediato à sua entrada na cidade de Lisboa, Manuel Ribeiro de Araújo não consta. Em Agosto de 1833 encontrava-se em funções no Arsenal do Exército. Na «Lista Militar por Antiguidades dos Officiaes de 1.^a linha do Exercito que se consideravam presentes no acto da Convenção de Évora Monte em 26 de Maio de 1834»⁵² refere-se Manuel Ribeiro de Araújo como «oficial excluído das escalas na conformidade das ordens do exército n.º 139 de 21 de Dezembro de 1833 e n.º 31 de 23 de Março de 1834.» Nesta «Lista Militar Realista» (D. Miguel), em nota, refere-se também que Manuel Ribeiro de Araújo não se encontrava ao serviço do exército liberal ou de D. Pedro. Por conseguinte, sendo Ribeiro de Araújo apontado mais como miguelista que como liberal, a sua situação militar passou a ser muito incerta e problemática. Nestes termos, surge, com naturalidade, o decreto da sua exoneração:

«Hey por bem exonerar o Marechal de Campo Manoel Ribeiro de Araújo do Emprego de Inspector Geral do Arsenal do Exercito para que foi nomeado por Decreto de desoito de Agosto de mil oito centos trinta e tres e de que ja havia sido dispensado por Portaria de tres de Setembro do mesmo anno, em attenção ao seu mau estado de saude. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra o tenha assim entendido e faça executar. Paço de Queluz em vinte e tres de Setembro de mil oito centos trinta e quatro. = Rainha = Agostinho Jose Freire»⁵³

Por um despacho de 17 de Outubro de 1834 procedeu-se à aplicação do decreto de exoneração:

«Manda Sua Magestade Fidelissima a Rainha remetter ao interino Contador Fiscal da Thezouraria Geral das Tropas para seu conhecimento e effeitos necessarios a incluza copia assignada pelo Official Maior desta Secretaria d'Estado, Miguel Jose Martins Dantas do Decreto de 23 de Setembro ultimo, pelo qual he exonerado do Emprego de Inspector Geral do Arsenal do Exercito o Marechal de Campo Manoel Ribeiro d'Araujo. Paço das Necessidades, em 17 de Outubro de 1834.»⁵⁴

Com o triunfo dos liberais, o Arsenal Real do Exército sofre uma profunda reformulação. Em 1834 publica-se, então, o novo regulamento do Arsenal,

⁵² Luís Pereira Carrilho, *Lista Militar por Antiguidades dos Officiaes...* 1834, Imprensa de Francisco Xavier de Souza, Lisboa, 1856, p. 53.

⁵³ *Processo individual* in A.H.M. - Cx.^a 317. Agostinho José Freire, liberal de profundas convicções, foi assassinado por populares em 4/11/1836 (Belenzada).

⁵⁴ *Processo individual* in A.H.M.- Cx.^a 317.

assinado por D. Pedro, Duque de Bragança.⁵⁵ Na introdução deste *Regulamento*, da autoria de Agostinho José Freire, refere-se:

«[...] V. M. ordenou em seu Decreto de 14 de Agosto do anno passado, que se criasse uma Commissão de homens zelosos e intelligentes, que examinassem o mal e as causas delle; e propozessem os meios de o remediar.

Esta Commissão desempenhou dignamente o seu dever; descobriu e conheceu a origem da monstruosa confusão, que reina no Arsenal, e a impossibilidade de a reduzir a ordem, sem a adopção de um novo systema de contabilidade, escripturação, arrecadação, e distribuição: viu donde provinha a falta gravissima de se não ter podido tomar contas a nenhum Almoxarife, nem este da-las desde 1674; - observou os defeitos do Regimento de Janeiro de 1802, que, não corrigindo os principaes erros do systema anterior, augmentou, como era de esperar, as dificuldades, e a desordem; e produziu a relaxação em todos os empregados do estabelecimento.

Para obstar ao progresso de tantos inconvenientes foi necessario organizar novo Regimento, pondo em ordem a direcção dos trabalhos das officinas, arrecadações, escripturação e contabilidade. Cuidou-se na divisão do trabalho [...]. [...]

[...] se tomem as medidas necessarias para evitar abusos, filhos do antigo systema ou antes da antiga falta de systema. [...] Palacio de Queluz, 1 de Julho de 1834.»

Este balanço deve ser tido na devida conta pois diz mais da situação do Arsenal após uma conturbada época de crises, lutas e guerra civil que das perversões dos deputados da Junta da Fazenda do Arsenal; diz mais dos confrontos entre liberais e absolutistas, no rescaldo da guerra civil, que da real e efectiva tarefa de melhor administrar e aproveitar os recursos de tão importante instituição logística. Por outro lado, como se irá constatar nos anos seguintes, esta apreciação está colorida com as paixões inflamadas de um convicto liberal após o triunfo do seu ideário. Segundo a *Revista Militar* de 1892,⁵⁶ as disposições do regulamento do Arsenal do Exército de 1834, apresentado por Agostinho José Freire, não foram devidamente aplicadas e cumpridas, resultando daí uma situação no Arsenal do Exército muito semelhante à anterior a 1834. O regulamento de 1834 resultou num conjunto de boas vontades e intenções políticas de liberais que pretendiam revolucionar a situação e imprimir uma nova dinâmica, mas a realidade contradizia as intenções.

Manuel Ribeiro de Araújo desempenhou funções relevantes no Arsenal do Exército durante 32 anos (1802-1834) consecutivos. Só pelo facto de ter permanecido aí demonstrou saber gerir um dos mais conturbados períodos da nossa história. A acrescentar a esta difícil situação de contínua mudança e instabilidade, tenha-se presente os avanços técnicos, científicos e de estratégia militar que se operaram entretanto. Foi um dos mais destacados inspectores que o Arsenal do Exército teve, acompanhando sempre o evoluir da situação do exército

⁵⁵ *Regulamento Provisorio para a Direcção e Administração do Arsenal do Exercito*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1834.

⁵⁶ «Apontamentos para a História do Arsenal do Exercito» in *Revista Militar* (publicação quinzenal), Lisboa, 1892, tomo XLIV, pp. 550-553, 582-587, 613-618, 651-658, 676-682, 711-715 e 745-750.

e do Arsenal. Foi um prático: compenetrado nas suas funções, competente, assíduo e dedicadíssimo.

Cansado da guerra civil e das lutas pelo poder, com 80 anos e debilitado, Ribeiro de Araújo resolveu regressar ao sossego e aconchego do seu Minho. Deste modo e segundo um ofício de 6 de Novembro de 1834, da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, refere-se que «S. Ex.^a o Ministro da Guerra manda participar a V. S.^a para seu conhecimento, e efeitos necessarios, que por Avizo de cinco do corrente foi concedida licença ao Marechal de campo Manoel Ribeiro de Araujo para ir residir na Provincia do Minho.»⁵⁷

Ribeiro de Araújo terminou a sua carreira militar no preciso momento de viragem da sociedade portuguesa. Com o triunfo definitivo dos liberais em 1834, as ordens religiosas foram extintas em Portugal e seus domínios (30/5/1834), seguindo-se a confiscação das suas casas e bens; a legislação de Mouzinho da Silveira estende-se a todos os domínios da administração pública (abolição dos pequenos morgadios, extinção dos impostos do dízimo e das sisas, abolição dos foros, censos e rações, reorganização das finanças públicas, da justiça e da divisão administrativa) constituindo uma autêntica revolução de sentido liberal.

Em ofício de 1 de Agosto de 1836 o Estado Maior General pedia informações acerca da situação e existência do «marechal de campo graduado» Manuel Ribeiro de Araújo. Entretanto a 9 de Setembro de 1836 dá-se a revolução setembrista (contra o cartismo) e a 4 de Novembro do mesmo ano ocorre a Belenzada com o assassinato, por populares, do liberal Agostinho José Freire.

Por um despacho de 20 de Maio de 1837 e assinado por Sá da Bandeira,

«Manda a Rainha pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra que o Intendente Militar Chefe da Repartição Provizional de Liquidações na conformidade da sua informação de doze de Maio ultimo, passe a competente guia para o Marechal de Campo graduado Manoel Ribeiro de Araújo poder ser convenientemente abonado e pago dos seus soldos pela Pagadoria Militar de Lisboa, não obstante residir na Provincia do Minho.»⁵⁸

Todo o processo de pagamento dos soldos do marechal, iniciado em 12 de Maio de 1837 e cumprido em 26 do mesmo mês e ano, foi extremamente rápido e eficaz. Supomos que a rapidez da medida de Sá da Bandeira esteja ligada à luta que se agudizava entre Cartistas e Setembristas («Revolta dos Marechais»), tornando-se necessárias medidas de pacificação. A tentativa de restauração da Carta Constitucional, chefiada pelos marechais Saldanha e Terceira, iniciou-se em 12 de Julho de 1837 com a insurreição de um batalhão de caçadores de Ponte da Barca.

Sem que tivesse terminado a Revolta do Marechais, que aconteceu com a declaração de submissão ao Governo em 20 de Setembro de 1837, Ribeiro de Araújo parece que foi reformado. De facto, num dos papeis que compõem o seu

⁵⁷ *Processo individual* in A.H.M. - Cx.^a 317. O marechal instalou-se na Casa do Bárrio, na freguesia de Chorense, concelho de Terras de Bouro, onde vivia a sua filha Ana Joaquina de Araújo e Azevedo casada (8/11/1821) com Manuel José de Araújo. Refira-se que Manuel Ribeiro de Araújo e sua esposa Antónia Maria de Azevedo, por escritura feita em 5/5/1820, doaram a sua filha Ana Joaquina a quantia de «um conto de reis metálicos». Por ser elevada a quantia, foi passada, em 21/2/1821, «Provisão de confirmação da doação». Ver A.N.T.T., Chancelarias, D. João VI, 21/2/1821, L.^o 36, fl. 19.

⁵⁸ *Processo individual* in A.H.M. - Cx.^a317.

processo individual lê-se a seguinte nota: «Manoel Ribeiro de Araujo Marechal de Campo Graduado, reformado na conformid.ª do Alvara de 16 de Dezembro de 1790, por Decreto de 5 de Setembro de 1837; vide Joze Ozorio de Castro Cabral e Albuquerque.»

Um mês depois de terminada a Revolta dos Marechais morre Manuel Ribeiro de Araújo. Refere o seu registo de óbito⁵⁹:

«O Ex.mo Marechal de Campo Manoel Ribeiro d'Araujo, domiciliario na Casa do Barrio, desta freguesia de Santa Marinha de Chorense, falleceo da vida presente, munido com todos os Sacramentos da Santa Madre Igreja, aos vinte e hum dias do mês d'Outubro de mil oito centos e trinta e sette, e foi sepultado dentro da Igreja della aos vinte e tres dias do mesmo mês e anno, sendo seu cadaver involto em habitos militares, e tendo o Officio de corpo presente de settenta e tres clerigos, a trinta dos quais se offereceo a esmolla de quantro centos e oitenta reis na forma do testamento, que vi copiado a fl. 46 pelo qual se lhe hade fazer o bem d'alma, e pelo uso desta freguezia. E para constar fiz este assento, dia mês e anno ut retro. O P.º Manoel José Pirez da Silva.»

Falecido o marechal Ribeiro de Araújo, o seu espólio que ficou na Casa do Bárrio foi disperso e extraviado ao longo dos anos, sobretudo devido ao desinteresse dos seus herdeiros, à voracidade dos curiosos, antiquários e estudiosos e aos negócios de circunstância.⁶⁰ E muitas vezes a poeira do esquecimento anula personalidades que tiveram intervenção marcante no rumo da nossa História.

Amaro Carvalho da Silva

⁵⁹ Registo Civil de Terras de Bouro.

⁶⁰ Consultar «A Casa do Bárrio» in *Geresão-Gerês*, 20/10/1994, p.12.

Por razões de preservação do espólio do marechal e da memória familiar, o Dr. César Valença e o Eng.º Amadeu Sá Meneses possuem algumas peças. O Dr. César Valença, no seu arquivo da Casa da Sarola de Baixo, em Verim-Póvoa de Lanhoso, possui, entre outros elementos, um livro de notas pessoais do marechal Ribeiro de Araújo e a sua gravura. O Eng.º Amadeu Sá Meneses, Casa de Lages - S. Paio de Pousada - Braga, possui a espada do marechal, alguma correspondência e uma gravura. Sabemos da existência de gravuras do marechal na Casa do Bárrio, em posse do Sr. Manuel José Dias (Bela Vista-Braga) e na Casa dos Abreus do Pico dos Regalados (D. Júlia Mourão - Sr. João de Abreu).